

Análise das tensões nas fronteiras da Amazônia observadas através dos documentos do Exército Brasileiro produzidos na primeira metade do século XX*

Analysis of tensions at the borders of the Amazon and the Central West observed through the Brazilian Army documents produced in the first half of the 20th Century

Fernando da Silva Rodrigues

Pós-doutor em História Política, professor do PPGH-UNIVERSO, coordenador do Grupo de Pesquisa História Militar e Fronteiras do CNPq, pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos do Exército e Jovem Cientista do nosso Estado, da FAPERJ.

RESUMO

Esta investigação tem por objetivo analisar as tensões nas fronteiras da Amazônia, na primeira metade do século XX, através da documentação produzida pelo Exército Brasileiro, que revela a posição institucional sobre os conflitos militares ocorridos nos anos 1930, na América do Sul, procurando identificar nesses documentos construções históricas e políticas sobre as tensões fronteiriças. O artigo reforça que, além dos conflitos regionais, ocorriam tensões políticas estabelecidas indiretamente entre o Brasil e a Argentina por conta da rivalidade tradicional e da disputa pelo controle do poder regional. A investigação foi pautada nos argumentos teóricos estabelecidos pela geopolítica de Mário Travassos, considerando, para este propósito, a ocupação territorial e o

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the tensions on the borders of the Amazon in the first half of the 20th century, through the documentation produced by the Brazilian Army, which reveals the institutional position on the military conflicts that occurred in the 1930s in the South America, seeking to identify in these documents historical and political constructions on border tensions. The article reinforces that, in addition to the regional conflicts, there were indirectly established political tensions between Brazil and Argentina due to the traditional rivalry and the dispute for control of regional power. The investigation was based on the theoretical arguments established by the geopolitics of Mário Travassos considering, for this purpose, the territorial occupation and the

* Artigo recebido em 30 de julho de 2018 e aprovado para publicação em 2 de outubro de 2018.

controle dos limites terrestres para manutenção da soberania nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Militares; Política; Fronteiras; Amazônia

control of the terrestrial limits, for the maintenance of the national sovereignty.

KEYWORDS: Military; Politics; Frontiers; Amazon

INTRODUÇÃO

O propósito dessa investigação foi analisar parte da documentação produzida pelo Exército Brasileiro, que revela a posição institucional sobre os conflitos ocorridos, na primeira metade do século XX, na Bacia Amazônica (fronteira Norte), procurando identificar nesses documentos construções históricas e políticas sobre as tensões fronteiriças, do período. O artigo reforça ainda que, além dos conflitos, ocorriam tensões políticas nos bastidores estabelecidas entre o Brasil e a Argentina por conta da rivalidade tradicional e da disputa pelo controle do poder regional.

A investigação, pautada nos argumentos teóricos estabelecidos pela geopolítica de Mário Travassos ajudou, também, a demonstrar que os militares brasileiros do período foram os principais responsáveis pela intervenção nas fronteiras considerando, para este propósito, a ocupação territorial e o controle dos limites terrestres, para manutenção da soberania nacional. Esses estudos foram embasados pela análise do papel histórico das Forças Armadas como instituições políticas de Estado utilizadas em intervenções, com o exercício da violência, ou seja, como instrumentos de guerra; pela influência da geopolítica no pensamento político-militar; pela análise da reconstrução das fronteiras regionais; e pelas tensões envolvendo a ocupação histórica dos territórios sul-americanos.

Com relação aos procedimentos metodológicos, este trabalho utilizou principalmente os documentos impressos e manuscritos da série Ministério da Guerra e Estado-Maior do Exército (EME), da primeira metade do século XX, além de um relatório (BRASIL, 1934) do General Waldomiro Castilho de Lima, inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares, que se encontra no Arquivo Histórico do Exército.

Introduzi, dessa forma, nessa discussão, os interesses políticos dentro de uma instituição pública com projeção política na vida republicana do Brasil, mas, fundamentalmente, analisei o interesse institucional na ocupação do espaço como forma de garantia e de defesa das fronteiras, e da soberania do Estado. Além do debate com a literatura pertinente a temáticas tão complexas, como os estudos de fronteiras e de conflitos regionais, farei uma breve análise de alguns documentos selecionados, que foram produzidos pelo Exército Brasileiro durante o século XX, que se enquadram dentro de uma perspectiva de defesa e manutenção das fronteiras conquistadas.

ESTUDOS DE GEOPOLÍTICA E FRONTEIRAS

Para o internacionalista português Freitas (2004, p. 12-13), a geopolítica produzida no Brasil durante os anos 1920 e 1930 deve ser incluída numa tradição histórica de defesa da soberania e expansão territorial, com raízes nas atividades de Alexandre de Gusmão, durante os trabalhos realizados na defesa do Tratado de Madri, de 1750. Ao tratar dos modernos precursores do pensamento geopolítico brasileiro, Freitas corrobora com a formulação de Miyamoto, que divide a evolução do pensamento geopolítico brasileiro em cinco fases temporais e insere a geopolítica de Mário Travassos na primeira fase, relativa aos estudos pioneiros realizados nos anos de 1920 e 1930, quando a geopolítica começou a ser sistematizada. Segundo Freitas (2004, p. 13), para Shiguenoli Miyamoto, no artigo publicado em 1995, a primeira fase da evolução do pensamento geopolítico brasileiro abrange os estudos pioneiros realizados nas décadas de 1920 e 1930; a segunda fase coincide com a Segunda Guerra Mundial; a terceira fase coincide com o surgimento

mento da Escola Superior de Guerra; a quarta fase inicia-se com o golpe civil-militar de 1964 e; a quinta fase corresponde aos anos 1980 e 1990 (MIYAMOTO, 1995).

Para entender o interesse político do Estado brasileiro nos conflitos regionais da primeira metade do século XX, é importante analisar o pensamento geopolítico de Mário Travassos, formado ao longo da sua carreira militar, e refletir sobre suas obras produzidas. A principal obra, *Projeção continental do Brasil*, de 1935, apresenta a política interna brasileira indissociável de uma política continental. A obra foi inicialmente tratada em um ensaio intitulado *Aspectos geográficos sul-americanos*, editado em 1931.

O que se percebe é que o pensamento de Travassos influenciou diretamente na formação da geração de militares que produziram e renovaram conhecimento teórico sobre geopolítica no Brasil, do pós-Segunda Guerra Mundial, desde o Coronel Golbery do Couto e Silva (1967) até o General Carlos de Meira Mattos (1975; 1977; 1980; 1990), que basearam suas análises acerca da América do Sul, no antagonismo entre Bacia do Prata e Bacia Amazônica, tal como foi definido no livro *Projeção continental do Brasil*.

A obra do então Capitão do Exército Mário Travassos, influenciada pela Escola Francesa de Geografia (Possibilismo¹); pelos trabalhos do geógrafo Halford John Mackinder (teoria geopolítica e estratégica do Poder Terrestre²), membro da Real Sociedade Geográfica de Londres; e pela Escola alemã de Friedrich Ratzel (Determinismo Geográfico³), tem por objetivo fundamentar a posição do Brasil na América do Sul e sinalizar os rumos de uma política externa capaz de guiar o Brasil a uma posição de hegemonia⁴ regional, superior a da Argentina. Travassos transpôs o conceito mackinderiano de *heartland* para os altiplanos bolivianos, em que se dava a hegemonia de Buenos Aires, que ainda detinha a vantagem da situação geográfica em relação à extensa Bacia do Prata. Logo, o pensamento de Mário Travassos sistematiza os interesses de poder do Estado brasileiro, nos anos 1930 e 1940, e as relações do Brasil com a Argentina. O discurso nacional-desenvolvimentista alerta para três problemas que o Estado brasileiro deveria ficar atento:

a emergência de potências rivais como a Argentina e os Estados Unidos da América; a vulnerabilidade dos países limítrofes da América do Sul, em especial, o caso da Bolívia, cujo planalto era considerado geograficamente contínuo ao atual Estado do Mato Grosso do Sul; e a falta de organização nacional em relação aos desafios anteriores apontados. O debate de Travassos está contextualizado com o esforço de integrar o território brasileiro aproveitando seus recursos hídricos e econômicos, principalmente em áreas consideradas vulneráveis, como Foz do Iguaçu e a bacia Amazônica.

No contexto da disputa de poder do continente sul-americano, a obra de Travassos identifica uma Argentina melhor estruturada economicamente e que possui outras vantagens em relação ao Brasil, como a bem organizada rede de transportes. No entanto, o tamanho do território brasileiro e a possibilidade de influenciar outros países deveriam ser observados como fatores essenciais para a organização de uma qualificada e diversificada rede de transportes, com uma rede fluvial na bacia do Amazonas, uma rede fluvial na bacia platina, um sistema ferroviário e um sistema aéreo em toda extensão do território nacional.

Foi dentro desse projeto político nacionalista que se enquadra o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que o livro de Mário Travassos contribuiu para o desenvolvimento dos estudos geopolíticos, em face aos seus debates em torno da construção do Estado nacional. Travassos propõe como estratégia levar o debate político e o desenvolvimento econômico para o interior do Brasil, aumentando o fator demográfico, para diminuir o vazio populacional dos sertões brasileiros (1935, p. 186).

Podemos inserir nesse debate a importância dada à potencialidade do papel dos portos marítimos, na condição de elemento de integração do conjunto continental, do litoral ao sertão norte e centro-oeste do Brasil. Como exemplo, Travassos cita o caso da Bolívia, país localizado na fronteira oeste com o Brasil e centro geográfico do continente sul-americano, que estava estrategicamente dividido entre a necessidade de ter um porto no Oceano Pacífico ou outro no Oceano Atlân-

tico. A decisão poderia resultar no aumento da instabilidade regional, pois, no caso de um conflito bélico, haveria o aumento das tensões políticas entre Brasil e Argentina, nações que disputavam a hegemonia política sul-americana (TRAVASSOS, 1935, p. 64).

No contexto desse debate e no estudo das condições geográficas da América do Sul, Travassos analisa o potencial estratégico e econômico do triângulo formado pelas cidades bolivianas de Cochabamba, Santa Cruz de la Sierra e Sucre, como uma alternativa para limitar as vantagens do acesso viário à bacia platina, e por localizar-se no limite do Estado brasileiro do Mato Grosso, região central do continente (TRAVASSOS, 1935, p. 4). Na opinião de Travassos, somente o controle desse triângulo geopolítico permitiria a neutralização efetiva da superioridade dos países da bacia do Prata e, naturalmente, a hegemonia da Argentina sobre a região central da América do Sul e sobre os estados periféricos formados pelo Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Como podemos observar, para Mário Travassos, o Estado da América do Sul que conseguisse controlar esse ponto estratégico poderia manobrar com a dinâmica econômica da região, e dominaria o poder continental ao Sul do Equador. Para o autor, a cidade de Santa Cruz de la Sierra seria o polo de convergência das influências amazônicas e platinas; a cidade de Cochabamba, o polo de influência andina e também sujeita a atrações amazônicas; e a cidade de Sucre, o centro das influências platinas.

Para Freitas (2004, p.18), dentre as medidas sugeridas por Travassos, podemos identificar como a principal a construção de uma infraestrutura de transportes, por meio da navegação fluvial na bacia do Amazonas e da utilização de uma rede ferroviária no Mato Grosso. Essa infraestrutura de transportes teria capacidade de carregar produtos da região boliviana para os portos no Oceano Atlântico, do litoral brasileiro, melhorando os pontos de passagens da cordilheira dos Andes pela bacia amazônica, de forma a projetá-la como centro de influência sobre a Bolívia e a Colômbia, o que permitiria quebrar o controle exercido pelo Estado argentino sobre a economia da Bolívia.

A consolidação do pensamento geopolítico, principalmente no meio militar brasileiro, a partir dos anos 1930, atualizou a rivalidade com a Argentina. A obra de Mário Travassos, *Projeção continental do Brasil* (1935), passou a ser identificada como referência para estudos militares e diplomáticos brasileiros. A discussão central da obra, que coloca a Argentina como a principal potência da região, vai encontrar no meio militar da época ambiente favorável para intensificação dos debates e das tensões envolvendo as duas nações.

Por isso a necessidade de abrir espaço nesse momento para fazer uma pequena discussão sobre fronteira. No tradicional sentido jurídico-político, fronteira representa os limites entre dois Estados (VARGAS, 2017, p. 35). É a fronteira que determina a área territorial precisa de um Estado, dando coesão e unidade à sua base física. A fronteira funciona como um limite que impede a atuação da soberania estrangeira no espaço nacional, ou seja, como limites territoriais de um Estado.

Dentro dessa concepção, autores clássicos produziram suas obras a partir da ideia de um estado nacional e continental. Nessa perspectiva, entra a produção historiográfica sobre os grandes personagens de uma história da pátria, sobre o bandeirantismo, sobre o personagem do Barão do Rio Branco, estudos que olhavam para um Brasil estruturado no século XIX e ampliado no início do século XX. O espanto e a admiração dessa produção estariam atrelados, pela historiografia produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e no Ministério das Relações Exteriores, a fatores considerados então fundamentais ao Estado brasileiro: a extensão do território nacional e a sua unidade política, além do papel político e militar desse Estado, seja no tempo do domínio português ou no tempo do Brasil independente. O dimensionamento do processo de formação das fronteiras estaria articulado a esses agentes, que deteriam conhecimento implícito da formação de uma futura nação continental.

Neste sentido, as investigações sobre fronteiras enfatizavam questões sobre a posse de terras e as ações dos Estados na defi-

nição dos limites acordados pelos tratados internacionais. Por outro lado, na direção contrária a essa tendência, uma bibliografia atualizada passou a utilizar novos conceitos como: porosidade, circulação de ideias, e a sua articulação com as dinâmicas socio-políticas locais. A operacionalidade desses conceitos permite entender melhor sobre as investigações atuais sobre fronteiras, na medida em que sua definição ultrapassa as questões exclusivamente territoriais e cartográficas, ou de políticas de Estado. Uma importante contribuição é a análise a partir da lógica da porosidade territorial, que considera o comportamento dos fluxos fronteiriços como consequência da atual conjuntura globalizante.

Nessa investigação, o tema fronteira é visto a partir da perspectiva tradicional, com a ideia da construção de um Estado nacional e continental, pois, no Brasil, durante a Primeira República (1889-1930) e a Era Vargas (1930-1945), o projeto de Estado republicano, com relação à fronteira limite era manter e vigiar, tanto que uma das primeiras ações realizadas pelo Estado, na primeira metade do século XX, foi dar continuidade ao projeto de integração do litoral com o interior, através da construção de linhas telegráficas; e, a segunda foi ratificar/retificar a demarcação dos limites terrestres através de inspeções de Fronteiras. Havia consenso político e militar de que uma das vulnerabilidades brasileira, no início do século XX, ainda era a pouca penetração do Estado no interior do Brasil, com uma grande concentração populacional no litoral e o predomínio de vazios demográficos no sertão. Ocupar o interior era, ainda, uma das prioridades do Estado brasileiro, considerada obra de maior importância para a segurança nacional.

No ano de 1927, o Presidente da República do Brasil, Washington Luis Pereira de Sousa, determinou que fossem realizadas as inspeções das fronteiras do Brasil até o final de seu governo, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo nomeado Inspetor de Fronteira, o General de Divisão, Cândido Mariano da Silva Rondon. A inspeção tinha por objetivo percorrer toda linha de fronteiras terrestres do Brasil com a Guiana Francesa, Guiana

Holandesa (República do Suriname), Guiana Inglesa (República da Guiana), Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Por conta da Revolução de 1930, no Brasil, as inspeções foram finalizadas na cidade de Urucum, no Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia.

O reconhecimento das fronteiras brasileiras no Norte e Centro-Oeste se tornou uma necessidade primordial para a consolidação da soberania sobre o território. A intervenção cultural nos grupos indígenas foi o complemento desse processo de integração do litoral ao interior, sendo essa etapa passo importante para a manutenção e controle da região.

A Primeira República no Brasil foi um momento de extrema importância para a nossa história política e para o desenvolvimento das nossas relações internacionais, principalmente, com a consolidação do território e o controle das fronteiras amazônicas e oeste. Em 1936, em um estudo relativo aos dispositivos constitucionais que regeriam as questões limediras na fase mais autoritária do governo Vargas, o General Pedro Aurélio Góes Monteiro colocava (BRASIL, 1936):

As fronteiras, além de suas funções políticas e econômicas, têm aspectos militares predominantes. São partes do território que devem existir sob um regime especial para evitar que se desnacionalizem e venham a se desprender do sistema nacional para cair na órbita de sistemas econômicos, sociais e políticos das nações vizinhas.

DISCUTINDO COM OS DOCUMENTOS MILITARES SOBRE FRONTEIRAS E CONFLITOS ARMADOS REGIONAIS

Na análise de alguns documentos produzidos pelo Exército Brasileiro, na primeira metade do século XX, identifiquei interesses geopolíticos que marcaram a visão dos militares brasileiros da época, acerca das tensões políticas na América do Sul, dos interesses relacionados à disputa de poder regional, da rivalidade tradicional e, mais especificamente, sobre a preocupação com

a vigilância das fronteiras. O que se percebe é que a documentação sobre conflitos armados, articulada a outros documentos sobre estudos de fronteiras e do território, produzidos na instituição, está formando um mosaico que vai dar forma aos projetos de Estado esquecidos ou ainda pouco investigados, produzidos sob a influência de pensamentos políticos de intelectuais nacionais e estrangeiros, os quais influenciaram gerações e épocas importantes da história sul-americana.

Com relação à análise dos documentos produzidos pelo Exército, o objetivo foi tentar entender a produção dessas fontes, que estão guardados no Arquivo Histórico do Exército, no contexto de produção de informações militares e diplomáticas de interesses estratégicos para tomada de decisões relacionadas à defesa nacional das fronteiras brasileiras. Documentos que foram produzidos sobre sigilo de informação, com a intenção de limitar o acesso.

Quando iniciou os principais conflitos na América do Sul, nos anos 1930 (Guerra do Chaco e Questão Letícia), a Seção de Informações do Estado-Maior do Exército redobrou esforços e procurou focalizar, principalmente, no aspecto militar, sem deixar de observar, no entanto, a situação diplomática regional. Pela falta de adidos militares nos países em conflito, que são os agentes políticos-militares qualificados pela sua natureza técnica para colher informes, foi difícil obter informações mais precisas do teatro de operações, necessárias para produzir documentos mais verídicos possíveis que fundamentasse a decisão do Estado brasileiro em relação à defesa do território.

Com relação ao estudo da Questão Letícia (1932-1934), analisei as tensões que envolvem a tríplice fronteira norte do Brasil, por conta da ocupação do espaço, da manutenção dos limites, e do vazio demográfico como parte da preocupação com a segurança e defesa do território.

Com essa parte da investigação ligada à análise da Questão Letícia, fecharemos esse artigo e a nossa ideia inicial de uma nova proposta de investigação, ligada ao entendimento, pelo menos em parte, desse mosaico, que foi o projeto político e militar

do Estado brasileiro, da primeira metade do século XX. Talvez essa investigação só se defina com um estudo mais profundo, do que seria um projeto político para as fronteiras do Brasil (1889-1945), através da análise articulada das coleções de documentos da Primeira e Segunda Comissão Demarcadora das Fronteiras (Século XIX e XX), da Vigilância das Fronteiras (1917-1940), dos Planos de Operações na América do Sul (1934-1943), e da criação da Defesa Territorial Aérea (1938-1944). Sendo que as três últimas coleções se encontram no Arquivo Histórico do Exército, e a primeira está quase toda digitalizada e disponível na internet.

Quanto ao levantamento da literatura produzida sobre o conflito, existe pouca investigação dos fatos ocorridos, entre 1932 e 1934, na cidade de Letícia, situada entre os Rios Putumayo e Amazonas, ao lado da cidade de Tabatinga, no Brasil, ponto estratégico da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, seja na forma historiográfica analítica, seja na forma de narrativa, escrita preferida pela historiografia política tradicional. No Brasil, com exceção dos livros produzidos por diplomatas (COSTA, 1942; LYRA, H., 1941) e mais recentemente por cientistas do campo das relações internacionais (BUENO, C., e CERVO, A. L., 2002), praticamente, não encontramos nenhuma obra de referência que investigue com mais profundidade o fato. O embaixador Sérgio Costa (1942), ao que parece, foi o único intelectual brasileiro a dedicar uma produção integral ao assunto, em uma obra factual, construída numa narrativa linear, escrita em 97 páginas, enquanto outros autores, basicamente, se limitaram a tratar superficialmente do assunto, enquadrando dentro de uma história geral das relações diplomáticas brasileiras. Como exemplo, citamos a passagem sobre o conflito estudado por Clodoaldo Bueno e Amado Cervo, no livro *História da política exterior do Brasil*, que totaliza 595 páginas, sendo apenas duas páginas e meia dedicadas à Questão Letícia (2002, pp. 259-261). Para completar, a obra só utiliza um livro de referência para estudar o fato histórico, justamente o livro do embaixador Sérgio Costa, de 1942.

Com relação à história do conflito, é fato que Colômbia e Peru tinham pendências

sobre questões de fronteiras, desde a época da independência. O primeiro marco normativo que afetou o espaço em questão foi o estabelecimento dos atuais limites internacionais entre os três países limítrofes. O Tratado de Bogotá definiu a linha divisória entre o Brasil e a Colômbia, em 1907. Segundo o Tratado Salomón-Lozano, assinado em 24 de março de 1922, por Colômbia e Peru, o território de Letícia foi incorporado à Colômbia. Foram cedidas toda área situada entre os Rios Putumayo e Caquetá e uma parte do território entre os Rios Putumayo e Amazonas (Trapézio Amazônico), parte que interessava à Colômbia por conta da acessibilidade a esse rio. Ao Peru foi cedida uma área entre os Rios Napo, Amazonas e Putumayo, que pertencia à Colômbia.

O novo tratado trouxe preocupação ao governo brasileiro pelo fato dos territórios a leste da linha Apapóris-Tabatinga, reconhecidos como sendo do Brasil pela República do Peru, poderiam ser reivindicados pela República da Colômbia, que ficou com a posse das terras peruanas, a oeste da linha demarcatória (COSTA, 1942, p. 5-15, 37-39). Em 4 de abril de 1925, por intermediação do Secretário de Estado dos Estados Unidos da América, foi assinado o Protocolo de Washington, em que a pendência entre os três países, a respeito da linha divisória, foi resolvida, assentando-se a legitimidade e o reconhecimento do tratado de 1922.

Resolvidas as pendências fronteiriças do Tratado Salomón-Lozano, com o reconhecimento pela Colômbia da linha Apapóris-Tabatinga como limite com o Brasil, e o Brasil cedendo à Colômbia a livre navegação no Amazonas e em outros rios adjacentes, o tratado seria ratificado. A atividade da diplomacia brasileira garantiria a manutenção da linha divisória contestada. Como desdobramento da Ata de Washington, Brasil e Colômbia assinaram, em 15 de novembro de 1928, na gestão do embaixador Mangabeira, o tratado de limites, considerando a linha Apapóris-Tabatinga como divisória entre os dois países (COSTA, 1942, p.37-39).

No ano de 1930, ocorreu pelo lado da Colômbia, a tomada de posse do território de Letícia, e pelo lado do Brasil, o término dos trabalhos da Comissão de Demarcação

das fronteiras colombianas e peruanas, realizados pelas turmas de Inspeção de Fronteiras (1927-1930), chefiada pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, que completara o trabalho de consolidação da soberania territorial brasileira, ratificando os limites terrestres. A inspeção no Norte e no Centro-Oeste tinha por objetivo atingir a linha de fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, Guiana Holandesa (República do Suriname), Guiana Inglesa (República da Guiana), Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, dividida em campanhas pelos Estados do Pará e do Amazonas.

Após a tempestade, veio a bonança, e, em 1º de setembro de 1932, retornou a tempestade. Já estava solucionada a questão de limites entre Colômbia e Peru no campo diplomático quando oficiais peruanos da guarnição de Chimbote, da cidade de Loreto, comandando um grupo de Força regular (50 praças e cerca de 200 civis), e inconformado com a transferência da região para os colombianos, atacaram e ocuparam Letícia. O Estado peruano, quando se iniciou o levante, não deu apoio, e o tipificou como uma agressão política movida por seus inimigos comunistas inspirados pela Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA). Não tardou a rever a sua opinião em face das manifestações internas em favor da reincorporação do território cedido. Em seguida, passou a se opor à intenção colombiana de restabelecimento da ordem na região.

De setembro de 1932 a fevereiro de 1933, ocorreu a concentração das tropas de ambos os países na região de Letícia, servindo o Rio Amazonas brasileiro como via de transporte e de reabastecimento às Forças estacionadas. As tensões diplomáticas entre os dois países aumentaram e o primeiro choque ocorreu no dia 14 de fevereiro de 1933.

O governo do Brasil ofereceu a sua mediação diplomática no final do ano de 1932, quando ainda não tinha sido deflagrado o conflito direto. A proposta não foi aceita, e a questão passou para observação e acompanhamento da Sociedade das Nações, que designou, em 1933, um comitê consultivo formado por três membros. O Brasil permaneceu neutro e permitiu a livre navegação nos seus rios, aos dois países

beligerantes. No entanto, o Estado brasileiro não permitiu a passagem de aviões sobre o seu território.

Os dois países assinaram um acordo, em 25 de maio de 1933, chancelado pela Sociedade das Nações, que constituiu uma Comissão Administradora, integrada por um oficial da Marinha do Brasil, por um diplomata da Espanha e por um oficial do Exército dos Estados Unidos da América. A comissão administrou o território por um ano, enquanto transcorria na cidade do Rio de Janeiro a conferência entre o representante diplomático peruano e colombiano, instalada em outubro de 1933, e presidida pelo embaixador brasileiro Afrânio de Melo Franco.

Apesar das negociações tensas, as delegações chegaram a um acordo, firmado em 25 de maio de 1934, pelo qual os dois países aceitaram os termos do Tratado de Salomón-Lozano, que só poderia ser modificado por um consentimento mútuo, ou por decisão da Justiça Internacional. Pelo Protocolo de Amizade do Rio de Janeiro, os dois países renunciavam a métodos violentos e submeteriam suas questões à Corte Permanente da Justiça Internacional de Haia. Como parte do acordo, foi firmada uma Ata Adicional que regulava, entre outras questões, a navegação fluvial das duas nações. Em 19 de junho de 1934, retirava-se da região a Comissão Administradora instalada pela Sociedade das Nações.

De acordo com o Artigo 6º do Protocolo de Amizade do Rio de Janeiro, organizou-se uma comissão incumbida de zelar pela execução dos acordos especiais sobre alfândega, comércio, livre navegação dos rios, trânsito, policiamento das fronteiras e outros assuntos. Para o chefe dessa comissão, foi escolhido o General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon, a contento das duas partes envolvidas. Rondon permaneceu de 1934 a 1938 como mediador no local, tendo mantido a paz através de um acordo aceito, sem maiores problemas. Seu conhecimento de cartografia, topografia, astronomia de posição, fotogrametria e geodésia foi essencial para suas atividades. Seu prestígio internacional e habilidade diplomática foram decisivos para o sucesso da missão.

Por último, torna-se relevante registrar e realizar uma breve análise constitutiva da extensa produção de documentos sobre o conflito, realizada pelo Exército Brasileiro. É importante assinalar que a Questão chamou a atenção do Estado-Maior do Exército, desde o momento inicial, com a ocupação de Letícia, e que não se descartava a possibilidade de o Brasil usar força para manter a sua soberania territorial naquela área de fronteira, o que aumentou o processo nacional de militarização da região. Com ofício reservado (BRASIL, 1932), de 1º de novembro de 1932, o chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro informava ao Ministro da Guerra a necessidade de ocupação militar da fronteira com o Peru e com a Colômbia, por conta da iminência da guerra e dos acontecimentos que se desenrolavam na região de Letícia, na fronteira Brasil-Colômbia-Peru.

Pela natureza do teatro de operações, a concentração de forças tanto peruanas como colombianas, tornava-se difícil e vagarosa, dependente, praticamente, da navegação dos rios da região, tendo, inevitavelmente, que atravessar o Amazonas, no território brasileiro. A marcha no território de Letícia era impraticável e desfavorável, mesmo para operações de pequenos destacamentos, pela falta de estradas. Por essas condições naturais e pelas tensões militares e diplomáticas, o governo brasileiro tomou uma série de medidas para manter a neutralidade e a inviolabilidade do seu território.

Em dezembro de 1932, o governo brasileiro determinou ao comando da 8ª Região Militar que organizasse uma Força de Ocupação e Observação da Fronteira Brasil-Colômbia-Peru, reforçando com tropas vindas de outros pontos do País, a guarnição da 8ª Região Militar (BRASIL, 1934). Dessa maneira, foi constituído o Destacamento do Solimões, estacionado em Tabatinga, constituído pelo 27º Batalhão de Caçadores, que também daria cobertura à região de Benjamin Constant, pela 7ª Bateria do Regimento de Artilharia Mixta e pelo contingente especial local. Em Tocantins, foi instalado o 21º Batalhão de Caçadores e o contingente especial do Içá, constituindo o Destacamento do Içá. Em Manaus, ficou estabelecido o 23º Batalhão de Caçadores e o 25º Batalhão de Caçadores.

Em Belém, estacionou a 1ª Divisão Naval, e em Manaus, Tabatinga e Óbidos estacionaram outros elementos da Esquadra, em ação de observação. A observação da fronteira brasileira passou a constituir simples vigilância quando foi assinado o Protocolo de Amizade do Rio de Janeiro, em 1934, e a Comissão Administradora da Sociedade das Nações se retirou da região de Letícia.

Observando a documentação produzida na época pelo Exército Brasileiro, sobre Vigilância da Faixa de Fronteira, parece que não foi “simples vigilância”, mas uma vigilância sistemática, uma forma de monitoramento físico constante das nossas fronteiras terrestres. Depois dos conflitos no Chaco e em Letícia, a preocupação do Estado-Maior do Exército aumentou consideravelmente. Informações eram produzidas constantemente sobre novas tensões envolvendo essas regiões, e havia uma preocupação constante, em aumentar os efetivos militares das áreas de fronteiras.

Como dissemos, a documentação produzida sobre a Questão Letícia, pelo Exército Brasileiro, é bastante extensa, através da qual pretendemos realizar um estudo mais pormenorizado, em um futuro breve. Esse conjunto documental é constituído basicamente de:

– Juntada de Documentos sobre a Questão Letícia produzidos pelo Estado-Maior do Exército (Documentos Diversos e Secretos), com 269 páginas digitalizadas, referente ao período de 1932 a 1937. A documentação se refere, basicamente, a recebimento de informações, que são acompanhadas pelo Estado-Maior do Exército Brasileiro, em relação ao conflito. A temporalidade das fontes vai desde os primeiros momentos, quando ocorreu a ocupação da região, até o final das atividades diplomáticas do General Rondon como mediador especial;

– Memórias do Conflito de Letícia, produzida pelo Estado-Maior do Exército, de 1934. Estudo sigiloso baseado em diversas publicações da imprensa e informações do Ministério das Relações Exteriores, acompanhado de croquis baseados num trecho da carta do Ministério do Exterior da Colômbia, de 1931, correspondente às fronteiras com o Peru e com o Brasil, completada por ele-

mentos tomados da carta do Peru, no Estado-Maior do Exército (Reservado);

– Informações diversas sobre o conflito, tensões e violações do território brasileiro na área de conflito, posicionamento dos beligerantes, e outros assuntos;

– Documentos diversos (ofícios, telegramas, radiogramas), do período de janeiro a maio, de 1933; e

– Relatório do oficial encarregado do Inquérito sobre os acontecimentos de Tarapacá (fevereiro de 1933), assinado pelo General Almérico de Moura, comandante das Forças em Observação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse artigo, entendo que o reconhecimento das fronteiras brasileiras no Norte e Centro-Oeste se tornou uma necessidade primordial para a consolidação da soberania sobre o território. A intervenção cultural nos grupos indígenas foi o complemento desse processo de integração do litoral ao interior, sendo essa etapa passo bastante importante para a manutenção e controle da região. A criação da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (Comissão Rondon⁵), entre os anos de 1906 e 1909, ajudou a controlar a comunicação com o interior. No entanto, a Inspeção das fronteiras (1927-1930) realizada pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon completara o serviço de consolidação territorial, ratificando as antigas demarcações e projetando, nos anos 1930 e 1940, o Brasil para uma intensa atividade diplomática. O resultado dessa projeção abriu espaço para a atuação de diplomatas e militares como pacificadores na superação de grandes conflitos regionais da América do Sul, como foi o caso da Guerra do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai (1932-1935); e da Questão Letícia, conflito entre a Colômbia e o Peru (1932-1934).

O que percebo é que o resultado dessa pesquisa abre espaço para entender, a partir da análise dos conflitos armados na América do Sul, na primeira metade do século XX, o projeto político e militar do Estado brasileiro para as fronteiras, abrindo espaço também para discutir, no campo político nacional e internacional, os interesses milita-

res intervencionistas. Além disso, com esta investigação científica, pude contribuir para o desenvolvimento de uma análise historiográfica e metodológica mais plural e inovadora, ao colocar na pauta da discussão os questionamentos político-militares característicos da História, auxiliando na compreensão da política intervencionista dos Estados, e o controle das fronteiras.

Reconheço, ainda, o surgimento de novas áreas do conhecimento dentro da

História Militar, articulada aos estudos de fronteiras e territórios, que procura estudar esses conflitos, nas zonas fronteiriças que o circundam, assim como os seus impactos na estruturação das ações de ocupação e as relações entre os agentes envolvidos no processo. Identificamos as possibilidades de interface entre a história social das fronteiras e a história dos conflitos armados com as suas dimensões na política, na sociedade, na economia e na cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARON, R. *Paz e guerra entre as nações*. 2ª ed. Brasília: Editora UNB, 1986.

BLACHE, P. V. de la. Le príncipe de la géographie générale. *Anales de Géographie*, v. 5, n. 20, p. 122-142, 1896.

BRASIL. Arquivo Histórico do Exército. Relatório do EME – Questão Letícia (Documentos Diversos). Rio de Janeiro: EME, 1932.

BRASIL. *Conflitos de Letícia* (memórias). Reservado. Rio de Janeiro: Estado-Maior do Exército, 1934.

BUENO, C., e CERVO, A. L. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2002.

COSTA, S. C. *A diplomacia brasileira na Questão Letícia*. Prefácio do Embaixador Afrânio de Mello Franco. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

FREITAS, J. M. da C. *A Escola Geopolítica Brasileira: Golbery do Couto e Silva, Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.

LYRA, H. *História diplomática e política internacional* (Ensaio). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1941.

MATTOS, C. de M. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

_____. *A geopolítica as projeções de poder*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1977.

_____. *Brasil geopolítica e destino*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, de 1975.

_____. *Geopolítica e teoria de fronteiras*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990.

MIYAMOTO, S. Geopolítica – poder e relações internacionais. *Revista A Defesa Nacional*, nº 712, mar-abr, 1995.

SILVA, G. do C. e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1967.

RATZEL, F. *Anthropogeographie: grundzüge der anwendung der erdkunde auf die geschichte*. Dritten Auflage. Erster Teil. (Herausgegeben von Prof. Dr. Albrecht Penck). Stuttgart: Verlag von J. Engelhorne, 1882.

TRAVASSOS, M. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

VARGAS, Fábio Aristimunho. *Formação das fronteiras latino-americanas*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

NOTAS

¹ A escola possibilista foi criada por Paul Vidal de la Blache, e acreditava na possibilidade de haver influência de reciprocidade entre o homem e a natureza, e não acreditava no determinismo ambiental preconizado por Ratzel (BLACHE, 1896, p. 122-142).

² A teoria do poder terrestre postula, na sua essência, que a concorrência pela hegemonia mundial, entre grandes potências, pode-se resumir a uma rivalidade histórica entre dois polos antagônicos, o Poder Marítimo e o Poder Terrestre. Em termos de estratégia mundial de poder, isso significava que caso o Poder Terrestre pudesse obter uma frente oceânica, poderia ser capaz de desenvolver um Poder Anfíbio que lhe possibilitaria concorrer com o Poder Marítimo, simbolizado na época de Mackinder pela Inglaterra. No cerne da reflexão de Mackinder, se encontraria a possibilidade de que o Poder Marítimo inglês viesse a ser suplantado pelo Poder Terrestre russo-alemão. As hipóteses que tanto preocupavam o geógrafo inglês não se sustentaram. Como argumenta Raymond Aron (1986) em *Paz e guerra entre as nações*, durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial houve, ao contrário do sustentado pela teoria do Poder Terrestre, a aliança de Poderes Terrestres e Marítimos para vencer poderes de igual natureza geográfica. Ademais, o fim da Guerra Fria mostrou a vitória do Poder Marítimo americano sobre o Poder Terrestre soviético.

³ O pensamento ratzeliano se sustenta na relação entre a rede geográfica (circulação e comunicação) e o valor das vantagens da situação territorial (RATZEL, 1882).

⁴ Segundo o verbete de Silvano Belligni, "Hegemonia é a supremacia e um Estado-nação ou de uma comunidade político-territorial dentro de um sistema. A potência hegemônica exerce sobre as demais uma preeminência não só militar, como também frequentemente econômica, e cultural, inspirando-lhes e condicionando-lhes as opções, tanto por força do seu prestígio como em virtude do seu elevado potencial de intimidação e coerção; chega mesmo a ponto de constituir um modelo para as comunidades sob a sua hegemonia. O conceito de Hegemonia não é, portanto, um conceito jurídico, de direito público ou de direito internacional; implica antes uma relação interestatal de potência, que prescinde de uma clara regulamentação jurídica. Segundo esse critério, poder-se-ia definir a Hegemonia como uma forma de poder de fato que, no *continuum* influência-domínio, ocupa uma posição intermédia, oscilando ora para um ora para outro polo." (Pasquino, 2000, p. 579).

⁵ O objetivo primordial desta comissão era estender uma linha telegráfica entre as cidades de Cuiabá e Porto Velho, às margens do Rio Madeira, atualmente localizadas respectivamente nos Estados de Mato Grosso e Rondônia. Com isso, estaria completa a ligação telegráfica do Rio de Janeiro com o Estado do Amazonas e a região do Acre, recém-adquirida pelo Brasil através do Tratado de Petrópolis, assinado em 1903, e onde se executavam os trabalhos de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré (DOMINGUES, 2010).